

**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura  
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**

**Área Temática: Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade**

**Período de Análise: 01/08/2015 a 31/08/2015**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Carta Capital

**Estagiária: Yohanan Barros**

## Índice

<b>EUA apresentam programa mais ambicioso de sua História contra as mudanças climáticas.</b> Renato Grandelle – O Globo, Sociedade. 03/08/2015 .....	4
<b>Código Florestal - novas perspectivas.</b> Gustavo Diniz Junqueira e Juliano Assunção – O Estado de São Paulo, Opinião. 03/08/2015 .....	6
<b>A agroecologia condena o nosso modelo econômico de tratar a terra.</b> Jacques Távora Alfonsin – Site da Agência Carta Maior, Meio Ambiente. 06/08/2015.....	7
<b>Incra e UnB formam turma de especialização de Residência Agrária em agroecologia</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 06/08/2015 .....	10
<b>Estratégia territorial para desenvolvimento do campo é tema de encontro entre Incra, Embrapa e BNDES</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 06/08/2015.....	12
<b>Código Florestal exigirá R\$ 25 bi de pecuaristas.</b> Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico, Agronegócios. 06/08/2015 .....	13
<b>Assentamentos agrários ampliaram o desmatamento da Floresta Amazônica.</b> Renato Grandelle – O Globo, Sociedade. 08/08/2015 .....	14
<b>Sem feminismo não há agroecologia</b> – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 11/08/2015.....	15
<b>Cooperativa vende mais de 15 mil toneladas de arroz orgânico</b> – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 14/08/2015 .....	16
<b>Produção de alimentos saudáveis em pauta no MDA.</b> Tássia Navarro – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 14/08/2015.....	17
<b>Desmatamento na Amazônia Legal cai 15% em um ano.</b> André de Souza – O Globo, Sociedade. 14/08/2015 .....	18
<b>Incra inicia RTID da comunidade quilombola Graciosa (BA)</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 17/08/2015.....	19
<b>Inovação em nome da vida.</b> Erasmo Battistella – Folha de São Paulo, Opinião. 18/08/2015.....	20
<b>Pronera forma turma de técnicos em agroecologia no Acre</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 19/08/2015.....	22
<b>Evento marca conquista de área para assentamento de 280 famílias em SE</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 19/08/2015 .....	23
<b>Incra discute desenvolvimento territorial e reforma agrária</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 19/08/2015.....	23
<b>Cadastro Ambiental Rural não inibe desmatamentos no Pará</b> – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 25/08/2015.....	26

<b>Assentado amplia renda com produção de sementes orgânicas no Rio Grande do Sul</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 26/08/2015.....	27
<b>Depois da energia eólica, Brasil aposta em energia solar</b> – Folha de São Paulo, Mercado. 27/08/2015.....	28
<b>Brasil antecipa metas para geração de energia renovável.</b> Machado da Costa – Folha de São Paulo, Mercado. 27/08/2015.....	29

## **EUA apresentam programa mais ambicioso de sua História contra as mudanças climáticas. Renato Grandelle – O Globo, Sociedade. 03/08/2015**

*Obama anuncia o Plano Energia Limpa, para reduzir emissões em usinas termelétricas e incentivar uso de fontes renováveis*

WASHINGTON - Na investida mais forte já tomada pelos EUA para combater as mudanças climáticas, o presidente Barack Obama apresentará hoje o Plano de Energia Limpa, uma série de medidas concebidas para reduzir drasticamente as emissões de usinas termelétricas, substituindo o uso de combustíveis fósseis por fontes renováveis, como a eólica e a solar.

O plano será uma visão final e mais ambiciosa dos regulamentos esboçados em 2012 e 2014 pela Agência de Proteção Ambiental (EPA, na sigla em inglês) do país. O novo regulamento pode culminar no fechamento de usinas de energia movidas a carvão, que ainda movimentam uma fatia significativa da economia americana.

Obama elegeu o combate às mudanças climáticas como uma prioridade em seu segundo mandato à frente da Casa Branca. Em um vídeo postado na madrugada de domingo na conta da Casa Branca no Facebook, ele avaliou que o clima afeta a “economia, a segurança e a saúde”.

“Todos os desastres estão se tornando mais frequentes, caros e perigosos. As mudanças climáticas não são um problema para outra geração. Não mais”, ressaltou, enquanto o vídeo exibia uma foto de sua família.

O presidente destacou que, até agora, o governo americano nunca impôs limites para a quantidade de carbono emitida pelas usinas termelétricas.

O plano exige que as usinas termelétricas reduzam em 32% suas emissões até 2030, em relação aos níveis medidos em 2005. No rascunho do plano, este índice era de 30%.

Outra novidade é a imposição de que as usinas acelerem a transição para energias renováveis, aumentando de 22% para 28% o uso das fontes que não emitem carbono na atmosfera.

Os climatologistas alertam que a atual emissão de gases-estufa está levando o planeta à escalada da temperatura média global para mais de 2 graus Celsius, deixando-o vulnerável à ocorrência de eventos extremos, como a elevação do nível do mar, tempestades devastadoras e estiagens.

### **FORÇA DIPLOMÁTICA**

Os novos mandamentos de Obama não serão suficientes para tirar o planeta do caos climático. Os cientistas, no entanto, avaliam que é possível evitar uma catástrofe. Para isso, regras semelhantes às propostas pelo presidente americano devem ser adotadas por governantes de outros grandes países poluidores, como a Índia e a China. E o sucessor de Obama deve ser ainda mais intolerante com os gases-estufa, aprimorando o projeto divulgado hoje.

Obama pretende usar seu novo plano para pressionar outros países a assumirem metas ambiciosas para reduzir suas emissões de carbono. De acordo com o Painel

Intergovernamental de Mudanças Climáticas, todas as nações devem apresentar compromissos voluntários sobre seus cortes de emissões nos próximos meses. Os documentos, então, serão discutidos em dezembro na Conferência do Clima de Paris, um encontro de chefes de Estado de todo o mundo que discutirão um acordo global contra as mudanças do clima.

Os primeiros passos do presidente americano foram traçados ainda no ano passado, em Pequim. Obama anunciou que os EUA cortariam a emissão de gases-estufa em 28% até 2025, em relação aos níveis de 2005. Já o mandatário chinês, Xi Jinping, afirmou que o país atingiria o pico da liberação de carbono até, no máximo, 2030. Somados, os países são responsáveis por 45% das emissões de poluentes no planeta.

— (O Plano de Energia Limpa) é um sinal do esforço interno do governo e de seu esforço internacional contra as mudanças climáticas — avaliou Durwood Zaelke, presidente do Instituto para Governança e Desenvolvimento Sustentável. — É um passo diplomático relevante dos EUA nos últimos meses antes da Conferência de Paris. Isso pode servir como alavanca para as outras grandes economias: China, Índia, Brasil, África do Sul, Indonésia.

Opositores do projeto o classificam como um instrumento que aumentará o desemprego, o preço do consumo de energia e a pressão sobre a credibilidade das usinas de energia. Governadores republicanos classificam o plano como uma intromissão do governo federal em assuntos econômicos que não estão em sua esfera.

A Casa Branca rebate as acusações. Segundo o governo, o novo plano levará a uma economia familiar anual de US\$ 85 no consumo de energia e trará benefícios à saúde, como a redução dos poluentes que causam asma — cuja incidência mais do que duplicou nos últimos 30 anos — e doenças pulmonares. Obama assegura que considerou os argumentos de seus adversários políticos e, por isso, aumentou em dois anos, até 2022, o prazo para o corte almejado das emissões.

### *EMISSÕES ZERADAS ATÉ 2100*

Em um encontro na Alemanha em junho, os líderes do G7 concordaram que as emissões de gases de efeito estufa devem ser zeradas até o fim do século. Para isso, a liberação de poluentes deveria ser reduzida de 40% a 70% até 2050, em relação aos níveis de 2010.

Os chefes de Estado das sete nações mais ricas do mundo também garantiram que doarão US\$ 100 bilhões por ano, até 2020, para ajudar as nações mais pobres do planeta a desenvolver tecnologia para mitigação e adaptação contra as mudanças climáticas — a prioridade seria os países africanos e insulares, que receberiam US\$ 400 milhões para criar sistemas de alerta precoce que prevenissem sua população de eventos extremos. A iniciativa, porém, não é nova. O Fundo Verde, como atende o programa, foi criado em 2009, mas jamais saiu do papel.

O Brasil também já anunciou sua primeira ação. Em visita à Casa Branca em julho, a presidente Dilma Rousseff analisou a restauração de 12 milhões de hectares degradados até 2030.

## **Código Florestal - novas perspectivas. Gustavo Diniz Junqueira e Juliano Assunção – O Estado de São Paulo, Opinião. 03/08/2015**

O novo Código Florestal, aprovado em 2012, leva adiante o compromisso da sociedade brasileira de proteger fração substantiva de vegetação nativa nas propriedades rurais. Esse compromisso tem implicações importantes não só para o meio ambiente, mas, sobretudo, para avançarmos no desenvolvimento econômico das áreas rurais e no acesso a mercados internacionais. Esse avanço passa, necessariamente, pelo sucesso da aplicação da sustentabilidade em duas frentes. A primeira diz respeito à inovação na gestão e na diferenciação dos produtos brasileiros. A segunda se refere a conquistas de mercados mais estratégicos e produtos made in Brazil a preços competitivos.

Um dos grandes desafios do Brasil, hoje protagonista em produção e exportação de matérias-primas, é deixar de ser coadjuvante em produtos de maior valor agregado. A implantação do Código Florestal pode ajudar a quebrar esse paradigma, à medida que criarmos um projeto de diferenciação do produto nacional e estabelecermos uma produção puxada por aqueles consumidores internacionais que têm a predisposição de pagar mais caro pelo produto que já traz embutido o componente ligado à gestão efetiva dos ativos ambientais. Só o Brasil, por ser uma potência ambiental e agropecuária, pode oferecer isso.

A agricultura no Brasil tem passado por transformações estruturais, como ocorre em outros países líderes na produção de alimentos. Uma das mudanças significativas tem sido a substituição de sistemas de produção intensivos em recursos naturais por estruturas baseadas em tecnologia, informação, capital e recursos humanos. O processo ocorre em vários setores do agronegócio brasileiro, em maior ou menor grau, dependendo das circunstâncias específicas. Mas ainda estamos longe de atingir todo o potencial produtivo das áreas já disponíveis. São grandes as oportunidades para conciliarmos crescimento da produção de alimentos e proteção dos ativos ambientais.

Em linhas gerais, o novo Código Florestal determina que cada propriedade rural do País estabeleça parte do território como reserva legal, com percentuais de 20% a 80%, além de áreas de preservação permanente como cursos de rios, nascentes e encostas. Dessa forma, o código pode atuar como um catalisador deste processo de modernização. Ao estabelecer o melhor controle das restrições sobre a expansão da área utilizada em propriedades rurais, a nova legislação privilegia o avanço da produtividade, ao incentivar aumentos de produção de forma compatível com o meio ambiente, especialmente no que se refere à proteção dos recursos hídricos e das florestas nativas.

Um elemento importante no processo de implantação do novo código é o Cadastro Ambiental Rural (CAR), que é o registro eletrônico obrigatório para todos os imóveis rurais, criado com a finalidade de compor uma base de dados para o cumprimento da nova legislação ambiental e também para as demais políticas. O CAR permite a implementação de novos instrumentos de monitoramento e de combate ao desmatamento, inclusive por controle remoto, por propriedade, dos remanescentes de vegetação nativa. Além disso, o País poderá planejar o desenvolvimento do agronegócio e novas políticas públicas, direcionando recursos e esforços para áreas estratégicas.

No âmbito internacional, o potencial também é enorme. De um lado, as tendências demográficas mundiais apontam para o necessário aumento substantivo da produção de alimentos. De outro, sabe-se que as projeções climáticas sugerem a necessidade de reduzir de forma expressiva as trajetórias de emissão de gases de efeito estufa, a fim de abrandar as mudanças no clima e os impactos danosos ao crescimento econômico, além dos riscos para a população. São desafios que sugerem às negociações internacionais incorporar a necessidade de compatibilizar a melhor oferta de produtos agropecuários com a mitigação das emissões de carbono.

Diante dessa necessidade de equilíbrio entre produção e conservação, o Brasil está numa posição singular, ao oferecer caminhos viáveis de contribuição para ambos os objetivos. O País tem ativos ambientais em escala relevante, principalmente florestas, e uma vasta disponibilidade de terras suscetíveis à produção de alimentos.

Como o comércio internacional interfere neste processo? A implantação do Código Florestal é uma garantia de que a produção de alimentos no Brasil será feita de forma consistente com a proteção dos recursos naturais, operando como uma espécie de certificado de qualidade. Isso cria um círculo virtuoso. O custo de manutenção do Código Florestal - e, conseqüentemente, a proteção dos remanescentes florestais - está associado à capacidade de expansão da produção via ganhos de produtividade, o que requer mais investimento em relação ao aplicado na agricultura tradicional.

O acesso a novos mercados internacionais, neste contexto, é fonte de receita para os produtores, viabilizando os investimentos em escala relevante. Ao mesmo tempo que o Código Florestal contribui para abrir mercados, as receitas de exportação facilitam a implantação das novas regras ambientais. Este é um modo muito promissor para o Brasil associar as negociações sobre o clima com as negociações comerciais de seu interesse. Afinal, na contramão do argumento acima, barreiras comerciais a produtos brasileiros gerariam efeitos análogos à taxaço aos esforços do País na preservação de seus remanescentes florestais.

Nesse sentido, as políticas comerciais e o Código Florestal tornam-se elementos complementares do processo de transformação da agricultura do País. O Brasil poderá oferecer aos países com maiores pressões demográficas e menor aptidão agrícola o suprimento de suas necessidades sem riscos à proteção dos recursos naturais em escala global. É um movimento que parece ser capaz de gerar volume relevante de divisas para o desenvolvimento do País, além da proteção de nossos ativos naturais.

*GUSTAVO DINIZ JUNQUEIRA E JULIANO ASSUNÇÃO SÃO, RESPECTIVAMENTE, PRESIDENTE DA SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA (SRB) E SÓCIO-DIRETOR DA BRASILPAR; E PROFESSOR DE ECONOMIA DA PUC-RIO E DIRETOR DO CLIMATE POLICY INITIATIVE*

---

**A agroecologia condena o nosso modelo econômico de tratar a terra. Jacques Távora Alfonsin – Site da Agência Carta Maior, Meio Ambiente. 06/08/2015**

*A agroecologia está empenhada numa ecologia integral, na qual a agricultura não tem finalidade rentista, mas de promover o bem-estar da humanidade.*



Entre 23 e 25 de julho passado, mais de quatro mil pessoas estiveram reunidas em Irati (Paraná) para realizarem a “14ª jornada de Agroecologia”. O site da Adital de 30 do mesmo mês divulga um documento final em que os participantes vindos de diferentes regiões do Brasil, e de outros 10 países, reafirmam o seu compromisso com a agroecologia dando continuidade “a luta por uma Terra Livre de Latifúndios, Sem Transgênicos e Sem Agrotóxicos, e pela construção de um Projeto Popular e Soberano para a Agricultura”.

As entidades lá representadas se identificam como “forças sociais” que “se levantam e se contrapõem à monocultura das ciências agrárias subordinadas ao agronegócio, ao latifúndio do conhecimento e da terra e à paralisação da reforma agrária, a dominação das corporações que concentram a exploração em poucas grandes empresas, não enriquecem as regiões, controlam a oferta da produção agrícola e manipulam seus preços nas bolsas de valores, impõem os agrotóxicos, os transgênicos, e o patenteamento das sementes, destroem a biodiversidade, a saúde humana e contaminam os alimentos, alteram a natureza e geram desequilíbrio ecológico. Vendem falsas soluções, como a agricultura climaticamente inteligente e o capitalismo verde, determinam as decisões dos governos, e atentam contra a democracia – isto é, um tipo de ditadura.”

Inteiramente procedente e muito oportuna a advertência. Primeiro, pela conveniência de denunciar os maus efeitos da forma como as grandes empresas usam e exploram a terra, por meio do agronegócio, o domínio econômico-político por ele exercido sobre o nosso território, sua responsabilidade pelos danos impostos ao meio ambiente pela aplicação indiscriminada de agrotóxicos e venenos. Depois, pelos danos daí decorrentes para a saúde humana, com a contaminação dos alimentos e o ataque à biodiversidade, com a imposição da monocultura.

Oportuna também pelo fato de a já tradicional Expointer, em Esteio, sempre reunir no mês de setembro, uma feira famosa pelo modo como divulga virtudes consideradas inerentes à economia latifundiária predominante em nosso meio, mas notoriamente rentista, pouco interessada em agroecologia.

Como o manifesto deixa bem claro “na contramão da agricultura camponesa agroecológica, o Estado reabasteceu o agronegócio com 159 bilhões de reais e a agricultura familiar com apenas 28 bilhões de reais. Este recurso público abastece os lucros das corporações de agrotóxicos e transgênicos, máquinas agrícolas e do sistema financeiro.” O Estado “mantém intocada a estrutura de concentração da terra; não realiza a reforma agrária; e paralisa a demarcação das terras indígenas, a regularização dos territórios quilombolas.” Em matéria de sementes e de impactos ambientais, também “permite que a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança se converta num escritório de chancela de todos os pedidos das empresas transnacionais”; “não monitora o cumprimento das normas de biossegurança no cultivo dos transgênicos; a contaminação da água e dos alimentos por agrotóxicos; e a intoxicação dos trabalhadores do campo e de toda a população que consome alimentos contaminados e/ou está submetida a pulverização aérea” “este mesmo Estado além de criar leis e normas restritivas à agricultura camponesa e agroecológica, fiscaliza com rigor exemplar e desproporcional as iniciativas de comercialização, agroindustrialização e



circulação da sua produção”; “através do sistema de justiça criminaliza as lideranças das Organizações e Movimentos Sociais e desestabiliza programas sociais a exemplo do PAA – Programa de Aquisição de Alimentos.”

Sobre projetos de lei agora em discussão no Congresso a Declaração se opõe a quatro deles: o “PL 4148/2008 (34/2015 no Senado) que isenta as empresas de rotularem os produtos transgênicos; o PL 2325/2007 que altera a Lei de Cultivares, limitando os direitos dos agricultores a produzir suas próprias sementes; o PL 4961/2005 que permitirá o patenteamento de seres vivos; do PL 268/2007 “TERMINATOR”, que propõe a liberação das sementes estéreis; a PEC 215 que retira direitos dos povos indígenas constitucionalmente assegurados.”

Entre as reivindicações para enfrentar problemas dessa gravidade, exigindo solução inadiável, por sua própria natureza, a declaração de Irati elenca uma série de providências todas elas ligadas a direitos sociais dos camponeses dedicados a agroecologia, ameaçados ou até já violados. Entre elas, convém destacar pelo menos as seguintes:

- garantia do direito a terra e ao território aos povos indígenas, quilombolas, camponeses e povos e comunidades tradicionais como condição primeira para avançar no projeto popular agroecológico e soberano para a agricultura.
- assentamento de todas as famílias acampadas;
- garantia aos jovens e mulheres acesso às políticas públicas: educação, cultura, moradia, saúde, esporte, lazer, previdência, crédito, e combate à violência.
- reestruturação do Programa de Aquisição de Alimentos, em diálogo com ampla representação de movimentos sociais do campo, especialmente com a eliminação dos entraves burocráticos, que bloqueiam o acesso dos povos e comunidades tradicionais e camponeses, ao programa;
- combate a violência, a ameaça e a criminalização de movimentos sociais e lideranças.
- Preservação da conquista que representa o PAA-Sementes, no sentido de proteger a agrobiodiversidade e os saberes associados, como patrimônio nacional, sendo prioritária a viabilização dos recursos orçamentários e a sua desburocratização, como o da adoção da aquisição de alimentos pelas compras institucionais, garantindo o mínimo de 30% de alimentos oriundos da agricultura familiar.
- repúdio ao fechamento das escolas públicas do campo, garantida a manutenção, fortalecimento e ampliação da rede de Escolas Públicas de Educação no campo;
- uma ampla reforma democrática do sistema político brasileiro, sem o financiamento empresarial de campanha;
- defesa do petróleo como riqueza do povo brasileiro;
- contra a redução da maioria penal;
- taxação de grandes fortunas;

- democratização da mídia e dos meios de comunicação;
- contra a terceirização e pela manutenção dos direitos constitucionais assegurados – nem um direito a menos!

Praticamos a Agroecologia como uma contribuição à superação das crises econômica, política, social e ambiental. A luta pela agroecologia é uma necessidade para a sobrevivência da humanidade, não é uma luta somente de agricultores e agricultoras, é uma luta de todos e todas!”

Não é pouco. Comparados os problemas com as reivindicações de solução, essa 14ª Jornada prova o quanto a agroecologia está empenhada numa ecologia integral, na qual a agricultura não tem finalidade publicamente rentista, mas prioriza a vida e o bem-estar da humanidade toda, uma conquista que não é só dela mas, como a própria declaração afirma, é de cada um/a de nós.

---

### **Incra e UnB formam turma de especialização de Residência Agrária em agroecologia – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 06/08/2015**

Uma intensa narrativa marcou o encerramento do curso de Residência Agrária “matrizes produtivas da vida no campo: formação em cooperação, agroecologia e cultura com ênfase na organização social”, oferecido pela Universidade de Brasília (UnB), Campus Planaltina. A solenidade de encerramento aconteceu na noite de terça-feira (4), no auditório do Campus, quando estiveram presentes alunos formandos, professores e coordenadores do curso e asseguradora do Pronera, que se emocionaram ao lembrar todas as dificuldades vencidas até aquela conquista. Ao todo 35 pessoas concluíram o curso.

O coordenador do projeto de Residência Agrária, professor Rafael Litvin Vilas Bôas, destacou a importância desse tipo de especialização para o fortalecimento de um modelo diferenciado para o campo. “Este curso foi um grande desafio por trabalhar com a formação em três dimensões, promovendo a formação política e da cooperação vinculadas a uma perspectiva da cultura, arte e comunicação - invertendo a lógica de cursos que têm a universidade como centro, colocando o centro do curso nos territórios. Isso, implicou em uma transferência de responsabilidade, considerando os residentes não só como estudantes, mas como profissionais habilitados a fazer uma nova leitura e diagnósticos das comunidades”, assegurou.

Para a estudante Rosmeri Witcel, o curso tem muitos pontos positivos principalmente nas vivências. “Entre outros exemplos que podemos citar temos o do acampamento Canaã, que durante o curso sentamos e planejamos com a comunidade uma área coletiva de plantio de árvores, um bosque, com um espaço de segurança alimentar. Tudo agroecológico, inclusive um projeto que permanece mesmo depois do curso, visto que a comunidade o abraçou e está dando continuidade”, disse.

Segundo Carmem Bispo, asseguradora do Pronera, o programa tem sido fundamental na formação dos trabalhadores rurais assentados “permitindo a ampliação de conhecimentos e o fortalecimento dos assentamentos”.

### *Curso na UnB*

O Residência Agrária na UnB foi iniciado em agosto de 2013, com 50 alunos, que tiveram sua qualificação perpassada em três eixos de formação. Um eixo “Formação Política, Pesquisa e Cooperação” de tronco comum para toda a turma e dois outros eixos configurados como habilitações, com as disciplinas ministradas em paralelo - eixo “Agroecologia e Organização de Assentamentos” e eixo “Cultura, Arte e Comunicação”.

O curso é baseado na pedagogia da alternância, com a carga horária dividida em tempo universidade, com aulas presenciais, e tempo sócio profissional, quando os residentes retornaram às comunidades de origem, e promoveram uma mobilização com uma reflexão crítica para a formulação de estratégias que articulem processos formativos e organizativos nas esferas da produção agrícola, visando a soberania alimentar, por meio da matriz agroecológica.

Também foi trabalhado a organização cooperativa do trabalho no campo e a esfera da cultura, arte e comunicação, visando a formação cognitiva no âmbito da produção simbólica, em perspectiva emancipatória.

A área de abrangência são estudantes, técnicos e profissionais que atuam no Distrito Federal e Entorno, compreendido pelos territórios do Nordeste Goiano, Noroeste Mineiro e do Distrito Federal, conforme define o manual de operações do Pronera, sob jurisdição da Superintendência Regional do Incra – SR/28, e também em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Durante o curso foi feito o mapeamento dos territórios (considerando as dimensões políticas, culturais, sociais e ambientais) de inserção do curso; com uma organização, por meio da vinculação territorial de cada estudante, dos Núcleos Territoriais (NTs).

A partir destes NTs foi elaborado um diagnóstico das áreas envolvidas nos eixos trabalhados em sala, este estudo permitiu canalizar as potencialidades dos territórios antes de propor ações de intervenção concretas. Que foram realizadas por meio de atividades teóricas-práticas dentro das comunidades (Seminários regionais, práticas de intervenção em agroecologia, cultura, arte e comunicação, diálogo de saberes)

### *Vivências*

A região em questão há mais de três décadas foi definida como área de expansão das grandes monoculturas, mesmo povoada por grandes grupos quilombolas, indígenas e camponeses, sendo estes, uma considerável população assentada, principalmente, nos últimos 20 anos.

Pode ser ressaltada uma contraditória ausência de políticas educacionais estruturais nas áreas do Distrito Federal e seu entorno - em especial às destinadas à qualificação da força de trabalho oriunda das áreas de agricultura camponesa, quilombola e de reforma agrária -, é grande a importância de uma Política Educacional voltada a realidade do campo como o Pronera, que possibilita experiências únicas na vida deste público.

No Projeto de Assentamento Itamaraty, localizado em Mato Grosso do Sul, foi criada uma unidade experimental de produção de milho crioulo, demonstrando à comunidade

que é possível produzir sementes genuínas. Assim como no Santuário dos Pajés, em Brasília, onde também foi implantado uma unidade experimental agroflorestal.

### *Residência*

O Residência Agrária é uma pós-graduação *Latu Sensu* voltado para assentados da reforma agrária, técnicos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e graduados em curso superior que tenham feito estágio, pesquisa ou extensão em assentamentos. No caso deste curso feito pela UnB, houve uma valorização maior para profissionais que atuam nas áreas de assistência técnica de cooperativas de produção de assentamentos e comunidades tradicionais quilombolas, educadores das escolas do campo e líderes comunitários que atuam nos processos de organização social das comunidades camponesas, existentes em territórios no Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

A Residência Agrária é um projeto financiado com recursos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), por meio do seu Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

---

### **Estratégia territorial para desenvolvimento do campo é tema de encontro entre Incra, Embrapa e BNDES – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 06/08/2015**

Dando continuidade ao esforço conjunto de pensar estratégias de ação que levem ao desenvolvimento rural nos territórios, representantes do Incra e da Embrapa participaram de uma oficina na tarde desta terça-feira (04) na sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no Rio de Janeiro.

O encontro faz parte de um ciclo de debates com parceiros estratégicos promovido pelo Comitê de Arranjos Produtivos e Inovativos e Desenvolvimento Local do Banco. A oficina Rede de Cidades e Sistema de Inteligência Territorial foi sugerida pela presidente do Incra, Maria Lúcia Fálcon.

As palestras ficaram à cargo dos diretores de Obtenção de Terras do Incra, Marcelo Afonso Silva, e de Desenvolvimento de Assentamentos, César Aldrighi, além do coordenador do Grupo de Inteligência Territorial Estratégica da Embrapa, Evaristo Miranda.

Ao abordar a complexidade do quadro fundiário brasileiro, o diretor Marcelo Afonso apresentou o exemplo do Projeto Tapajós, integrado pelos municípios de Aveiro, Itaituba, Rurópolis, Trairão, Jacareacanga e Novo Progresso, no Pará. Ele exibiu um mapa local com as áreas que são militares, terras indígenas, unidades de conservação de proteção integral, unidades de conservação de uso sustentável, assentamentos da reforma agrária, glebas federais remanescentes e as 10.218 atividades de mineração – entre requerimentos e autorizações de pesquisa, lavra garimpeira, licenciamento, registro de extração etc.

---

## **Código Florestal exigirá R\$ 25 bi de pecuaristas. Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico, Agronegócios. 06/08/2015**

Um ano após firmar um acordo de cooperação técnica com o Ministério Público Federal (MPF) na área de sustentabilidade ambiental da cadeia produtiva de carne bovina, a Abiec, associação que representa os principais frigoríficos do país, vai apresentar hoje a procuradores federais os primeiros resultados da iniciativa. A partir de trabalhos realizados por consultorias, a entidade fez um diagnóstico dos investimentos necessários para a regularização ambiental dos pecuaristas e o cumprimento integral do Código Florestal até 2035.

No horizonte dos próximos 20 anos, a pecuária terá de dar um salto de produtividade se quiser atender à crescente demanda internacional por carne bovina e ao mesmo tempo cumprir o Código Florestal. Em outras palavras, a ordem é produzir mais bovinos em uma área de pastagem cada vez menor.

Diante desse contexto, a consultoria Agroicone traçou um cenários para as próximas duas décadas, prazo legal para cumprir o código. Para que o país se adeque totalmente ao Código Florestal, os pecuaristas teriam de investir cerca de R\$ 25 bilhões ao ano apenas em intensificação, fazendo aportes em nutrição animal, genética, confinamento e pastagens, dentre outros.

Conforme o diretor-geral do Agroicone, Rodrigo Lima, se o Brasil cumprir integralmente o Código Florestal, com Áreas de Preservação Permanente (APPs) e de Reserva Legal, a área de pastagens será reduzida em 23,4 milhões de hectares, recuando para 159,4 milhões de hectares. Em 2010, a área de pastagens somava 182,8 milhões de hectares, conforme estimativa do Agroicone.

Lima lembra que, como a tendência é que a agricultura aumente a área plantada nos próximos anos, a pecuária será a maior responsável por ceder áreas, o que exigirá aumentos de produtividade. Atualmente, a pecuária brasileira ainda é pouco produtiva se comparada com importantes países produtores de carne, como os EUA e a Austrália.

Pelas projeções do Agroicone, os investimentos de R\$ 20 bilhões ao ano elevariam a produtividade média da pecuária brasileira em mais de 50%, das atuais 4 arrobas por hectare ao ano para 6,4 arrobas. Com isso, o Brasil conseguiria ampliar a produção anual de carne bovina de cerca de 10 milhões de toneladas para 15 milhões de toneladas.

Na avaliação de Lima, a intensificação da pecuária é um processo que já vem ocorrendo, mas o Código Florestal representa um incentivo. No entanto, ele adverte que investir R\$ 25 bilhões por ano não é algo trivial. Atualmente, afirma, os pecuaristas já vêm investindo R\$ 16,8 bilhões ao ano em intensificação, ou seja, o setor teria de aumentar em mais de R\$ 8 bilhões.

"Mas o grande desafio é que precisa de crédito", afirma Lima, ressaltando que linhas de crédito como o Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC) terão de ganhar "envergadura". O diretor da consultoria também alerta para a dificuldade dos produtores de menor porte. Hoje, da área de 182,8 milhões de hectares de pastagens que existe no

Brasil, 80 milhões são de uma pecuária "ineficiente", com produtividade de até 3 arrobas por hectares ao ano.

A questão é que, nesses níveis de produtividade, os pecuaristas sequer conseguem recursos para investir em regularização ambiental. "Pelas nossas contas, o pecuarista de baixa produtividade precisa de R\$ 800/ hectare de retorno para regularizar", afirma Leila Harfuch, pesquisadora do Agroicone. Mas o que essa pecuária vem conseguindo hoje é R\$ 100 por hectare.

Além do estudo do Agroicone, a Abiec também vai apresentar hoje resultados de uma pesquisa feita pela Agroconsult para ter um termômetro da adequação dos pecuaristas ao Código Ambiental Rural (CAR). De um total de cerca de 470 produtores entrevistados na expedição técnica "Rally da Pecuária", 87% responderam que fizeram o CAR ou estão se regularizando. Os produtores têm até maio de 2016 para se adequar ao CAR.

No caso dos dados do Rally, o coordenador da área de pecuária da consultoria, Maurício Nogueira, ressalva que o público-alvo da expedição técnica é mais produtivo do que a média nacional e que, portanto, os números não podem ser extrapolados para todo o país, ainda que sejam um indicativo.

Na apresentação, a Abiec também vai apresentar um protocolo, com fases de adequação, para que os frigoríficos de médio e pequeno porte também comprem bois, especialmente no bioma amazônico, seguindo os critérios já adotados pelos grandes frigoríficos, vetando compra em áreas de desmatamento ilegal, que exploram o trabalho escravo ou que estão em áreas indígenas.

---

### **Assentamentos agrários ampliaram o desmatamento da Floresta Amazônica. Renato Grandelle – O Globo, Sociedade. 08/08/2015**

*Estudo mostra que, sem infraestrutura, colônias agrárias aceleraram destruição*

RIO - Na cartilha do governo federal, os assentamentos agrários da Amazônia são um modelo de distribuição de terras que garante a exploração de recursos naturais sem prejuízo ao meio ambiente. No entanto, de acordo com um novo estudo, publicado na revista "Plos One", o programa acelera o desmatamento da floresta.

Os assentamentos ocupam cerca de 267 mil km<sup>2</sup>, o equivalente a 5,3% da área total da Amazônia brasileira, que é de 5 milhões de km<sup>2</sup>. Dessa região, porém, vem 13,5% de toda a devastação da floresta. Na maioria dos casos, a cobertura vegetal é derrubada para viabilizar a agricultura.

Esta é a primeira pesquisa dedicada à análise das mudanças de cobertura da terra. Com base em dados de satélites do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e mapas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), os biólogos Carlos Peres e Maurício Schneider acompanharam as mudanças da vegetação amazônica nos últimos 40 anos. No estudo, analisaram cerca de dois mil assentamentos, distribuídos entre 568 municípios. A incidência de incêndios e queimadas na área destinada aos colonos é maior do que nas zonas vizinhas. A cobertura da floresta diminuiu para uma média de 43,5% de seu tamanho original.



O estudo mostra que a derrubada da vegetação foi contínua nas últimas décadas: “Pequenos proprietários realocados para as zonas florestais, sem dúvida, operam como agentes fundamentais do desmatamento, e a maior parte dele ocorre na sequência da migração induzida pelo governo”.

— O Incra sempre argumentou que promovia os assentamentos em áreas já degradadas, por isso não teria culpa. Demonstramos que estão errados. A destruição continua mesmo depois da chegada das famílias — comenta Schneider, que é consultor legislativo da Câmara dos Deputados, um órgão apartidário que dá assessoria técnica aos parlamentares.

Ele destaca que a derrubada da floresta mudou de motivos com o passar das décadas. Nos anos 70, os assentamentos visavam à colonização da Amazônia, e não a reforma agrária. A mata era vista como um obstáculo ao desenvolvimento do país. Para receber subsídios governamentais, os colonos precisavam destinar pelo menos metade de suas terras à produção agrícola, o que alavancou os índices de desmatamento.

— Esta política ocorreu pelo menos até a década de 1980 e se aplicava mesmo em propriedades instaladas ilegalmente em unidades de conservação — conta.

O biólogo acrescenta que já existem resoluções federais estabelecendo o modo de criação das ocupações. As normas, porém, não são seguidas:

— A instituição de assentamentos em áreas florestadas é proibida. O governo deveria escolher uma área e deixá-la preparada para o cultivo da família, ou incluí-la neste processo. Também deve criar um mínimo de infraestrutura e dar apoio financeiro. Garantir a produtividade de uma região é caro.

Pedro Bruzzi Lion, consultor da Coordenação de Meio Ambiente do Incra, admite que o governo precisa investir mais em insumos para o solo, aumentando a produtividade da agricultura familiar. O órgão entregou ao BNDES uma carta-consulta, pleiteando R\$ 73 milhões do Fundo Amazônia. Os recursos seriam usados nos próximos dois anos para inovação tecnológica do Incra, promoção do cadastramento ambiental dos proprietários de assentamentos e regularização fundiária.

Lion revela que apenas 15 assentamentos contribuem para metade de todo o desmatamento registrado dentro das ocupações da Amazônia.

— O desmatamento, então, não é um fenômeno espalhado — pondera. — Há poucos assentamentos problemáticos, onde existem prefeituras e onde ações ambientais não são bem-vistas pela população e pelas autoridades. Temos que discutir com o IBGE se estas áreas devem realmente ser consideradas rurais.

---

### **Sem feminismo não há agroecologia – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 11/08/2015**

No espaço “Mulheres na Luta por Soberania Alimentar: Construindo a Agroecologia” foi visibilizado o importante papel que as mulheres desempenham na construção de um modelo que repense não só a produção agrícola, mas crie relações sustentáveis e igualitárias entre as pessoas. Foram lembradas as grandes lutas diárias para que o



feminismo, essa ideia radical de que as mulheres são gente, se torne concreto nas famílias, nas organizações e na sociedade em geral.

A partir da exibição de três diferentes vídeos (Minha vida é no meio do mundo; A vida de Margarida; e Zefinha quer casar), agricultoras de todo o Brasil compartilharam experiências que protagonizam em seus territórios e enriqueceram o debate com depoimentos emocionantes sobre as formas de resistência à violência que enfrentam. A ofensiva dos venenos e transgênicos, a carência de políticas públicas específicas, a perda de conhecimentos tradicionais, a preocupação com as sementes e espécies crioulas foram alguns dos pontos destacados.

Maria do Céu, agricultora nordestina, relembra que muitas conquistas já aconteceram, mas “isso não significa dizer que nós não enfrentamos o machismo. Há muitas mulheres que ainda vivem no seu cantinho, porque não podem sair. E é por essas mulheres, que nós lutamos”. Com troca de sementes e ciranda, as participantes finalizaram o espaço de mãos dadas, dançando e cantando, reafirmando que seguirão juntas e em marcha até que todas sejam livres.

---

### **Cooperativa vende mais de 15 mil toneladas de arroz orgânico – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 14/08/2015**

Eventos e feiras oferecem diversas oportunidades para agricultores familiares terem contato com o mercado e expor suas produções. A Cooperativa dos Trabalhadores Assentados na Região de Porto Alegre (Cootap), produtora de arroz orgânico é um exemplo. A cooperativa fechou, este ano, 23 contratos com empresas nacionais e do exterior, que representam 93% das vendas do empreendimento.

Desde a Feira Biofach Alemanha, que ocorreu em fevereiro, a Cootap ganhou visibilidade por sua produção de arroz orgânico. Mais de 15 mil toneladas já foram vendidas, o equivalente a toda a safra de 2015. Somente para Itália, a cooperativa enviou 500 toneladas neste ano e mil toneladas serão enviadas em 2016. Ao todo, 1.896 famílias participam da cooperativa, dessas, 522 são produtoras de arroz orgânico e estão distribuídas em 12 municípios do Rio Grande do Sul.

O coordenador de vendas da Cootap, Nelson Luiz Krupinski, destaca as oportunidades e a motivação dos produtores com a participação na edição 2015 da Biofach Alemanha: “Após a feira, fomos procurados por outras empresas e grupos de países como: Alemanha, Dinamarca, Bélgica, Espanha, Estados Unidos, Peru, Uruguai e Argentina. Estamos em fase de negociação”.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), apoiados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), são lembrados por Nelson por darem projeção à cooperativa. “A Cootap é porta-voz do agricultor e da sociedade que quer consumir alimento com qualidade e de baixo custo”.

#### *Histórico*

A Cootap foi fundada em 1996 com o objetivo de prestar serviços aos agricultores na compra coletiva de equipamentos e ferramentas. Naquela época não havia restrição no uso de produtos químicos para a produção.

Em virtude da crise do arroz, no final da década de 90 e início dos anos 2000, os agricultores começaram a repensar a forma de produção. Em 1999, o grupo começa a produzir arroz orgânico. Desde 2004, o produto é certificado por auditoria e pode ser vendido para diversos países.

Os produtores do arroz orgânico da Cootap fazem parte do Grupo Gestor do Arroz Orgânico. Criado em 2001, o grupo visa discutir os problemas da produção e trocar experiências entre os agricultores. O grupo produziu cerca de 400 mil sacas de arroz em 2015. A expectativa é um aumento de 12% na produção em 2016.

#### *Perspectivas agrícolas 2015-2024*

Segundo o relatório da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), divulgado neste ano, as exportações agrícolas do Brasil desempenham um papel importante nos mercados internacionais. A maior parte do arroz produzido no País é consumida pelo mercado interno. O documento aponta que para os próximos dez anos a produtividade deverá crescer de 1,3% ao ano para quase quatro toneladas por hectare, o que confirma a mudança do Brasil de um importador de arroz para um exportador.

---

#### **Produção de alimentos saudáveis em pauta no MDA. Tássia Navarro – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 14/08/2015**

A produção de alimentos saudáveis é pauta prioritária para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O uso indiscriminado de agrotóxicos para produção, bem como os transgênicos afetam a saúde e o meio ambiente, foram temas de discussão entre o ministro, Patrus Ananias, e o Grupo de Estudos em Agrobiodiversidade (GEA), em Brasília.

Durante o encontro, realizado nesta sexta-feira (14), representantes da sociedade civil, movimentos sociais e pesquisadores do GEA expuseram as pautas trabalhadas no grupo que, desde 2006, debate o tema diretamente ligado à agricultura familiar. “É a agricultura familiar que produz os alimentos saudáveis”, salientou o ministro.

A temática, conforme o ministro, enfrenta grandes desafios atualmente. “Temos importantes avanços, conquistas e aliados nessa questão, mas vivemos uma conjuntura de grandes desafios. Então, queremos construir uma pauta comum, vinculando a reforma agrária à agricultura familiar, à agroecologia e ao cooperativismo”, informou o ministro.

A secretária executiva do MDA, Maria Fernanda Coelho, destacou como positivo o debate ocorrido na Marcha das Margaridas sobre o monitoramento da contaminação por agrotóxicos. “É algo muito importante, lá foi anunciado que agora vai haver um monitoramento das doenças ligadas à intoxicação. Vamos ter dados, vamos quantificar e saber ao certo o tamanho do dano causado”, explicou.

#### *O GEA*

O Grupo de Estudos em Agrobiodiversidade (GEA) é composto por pesquisadores, representantes dos movimentos sociais e da sociedade civil. Ele atua, desde 2006, no acompanhamento das reuniões da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança

(CTNBio). Além disso, o Grupo elabora artigos e contribui na produção de cartilhas e livros do MDA sobre agroecologia, agricultura familiar e biossegurança, e também participa de eventos e reuniões do governo e sociedade civil organizada que tratem dessas temáticas.

---

### **Desmatamento na Amazônia Legal cai 15% em um ano. André de Souza – O Globo, Sociedade. 14/08/2015**

*Área derrubada entre agosto de 2013 e julho de 2014 é a segunda menor desde 1988, quando começou o Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal (Prodes)*

BRASÍLIA - Entre agosto de 2013 e julho de 2014, o desmatamento na Amazônia Legal diminuiu 15% na comparação com os 12 meses anteriores. Ao todo, 5.012 km<sup>2</sup> da floresta - o equivalente a pouco mais que quatro vezes a área do município do Rio de Janeiro - foram derrubados. É uma melhora em relação ao período anterior, quando 5.891 km<sup>2</sup> foram desmatados, mas ainda está acima do observado em 2012, com 4.571 km<sup>2</sup> derrubados. Os números são do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal (Prodes - 2014) e, com pequenas variações, já tinham sido divulgados de forma preliminar em novembro do ano passado.

O Prodes é operado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. O projeto usa satélites que conseguem detectar áreas desmatadas de pelo menos 6,25 hectares. Um hectare equivale aproximadamente a um campo de futebol. A área derrubada entre agosto de 2013 e julho de 2014 é a segunda menor desde 1988, quando o Prodes começou a monitorar o desmatamento na Amazônia.

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, comemorou os números, destacando que nos últimos anos houve uma redução do desmatamento. Ela chefiou a pasta desde 2010, ano em que o Prodes detectou 7 mil km<sup>2</sup> desmatados. Ela também destacou que o contingenciamento do orçamento não vai atrapalhar as ações de fiscalização do ministério.

— É um belo número — disse a ministra, acrescentando:

— Estamos todos muito orgulhosos de termos a segunda menor taxa. Eu tenho as cinco menores taxas de desmatamento e a presidente Dilma Rousseff tem as quatro menores.

O ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Aldo Rebelo, explicou que os números não distinguem o desmatamento ilegal do legal. Segundo ele, o governo está fazendo um esforço para fazer essa diferenciação.

— Por que não é possível fazer isso? Porque a partir de 2006 temos a responsabilidade dessas autorizações de remoção de vegetação a cargo dos estados. Portanto não temos os números que permitam subtrair do conjunto o que foi autorizado do que não foi autorizados. Temos a necessidade no futuro com os estados - a ministra Izabella Teixeira tem feito esse esforço - de recolher as estatísticas — afirmou Aldo.

Nove estados são monitorados: Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Acre, Amapá e Roraima tiveram aumento nas taxas de desmatamento em relação ao período anterior: 40%, 35% e 29%, respectivamente. A maior queda foi no Maranhão: 36%. Em números absolutos, o estado com a menor quantidade de áreas degradadas foi Amapá, com 31 km<sup>2</sup>. O pior foi o Pará, com 1.887 km<sup>2</sup>.

Izabella Teixeira informou que o governo do Acre está tomando medidas para controlar o desmatamento feito por pequenos agricultores e assentamentos rurais. Segundo ela, o governo do Acre também vai passar a divulgar números sobre o desmatamento legal. Isso deverá ocorrer nas próximas semanas. Será o primeiro estado a fazer isso.

Em outubro do ano passado, o Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter) havia apontado uma alta de 9% nos alertas de desmatamento na Amazônia no mesmo período. O Deter registra, em tempo real, as áreas possivelmente desmatadas ou degradadas, mas precisa do Ibama para averiguar a situação. Questionada sobre a diferença de números, Izabella explicou que o Deter é um indicativo, mas não é a taxa oficial de desmatamento, medida pelo Prodes.

Izabella Teixeira também afirmou que está aberta ao diálogo com o Congresso Nacional para discutir alguns pontos da Agenda Brasil, lançada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, que incluem a simplificação de procedimentos para o licenciamento ambiental. Ela destacou, porém, que ainda não conversou com Renan sobre o assunto.

— Obviamente nós vamos discutir com o Congresso Nacional aquilo que for necessário aprimorar. Se é necessário ou não, eu acho que, quando o Congresso quer discutir, tem uma necessidade de colocar. Nós temos que respeitar o Poder Legislativo e ir lá explicar tudo o que o que fizemos no governo federal - afirmou a ministra, concluindo: - O que nós estamos tendo até agora é um diálogo de duas mãos, de ida e volta, aberto, com toda a transparência. Estou pronta para contribuir para que o meio ambiente seja fortalecido no debate sobre o desenvolvimento do país. Não dá para proteger sem produzir. Não dá para produzir, sem proteger.

---

### **Incra inicia RTID da comunidade quilombola Graciosa (BA) – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 17/08/2015**

O Incra iniciará, nesta terça-feira (18), as atividades para a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) da comunidade quilombola Graciosa, localizada no município baiano de Taperoá, no território de identidade do Baixo Sul. A equipe do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas da autarquia no estado, responsável pelos trabalhos, aponta que a ação beneficiará 154 famílias remanescentes de quilombo.

Segundo o coordenador do Serviço, Flávio Assiz, o Instituto já havia pactuado parceria com a Superintendência do Patrimônio da União no Estado da Bahia, que realizou o trabalho de identificação da Linha do Preamar Médio (LPM) na Graciosa. “Como tem área pertencente à União no local, a parceria agiliza o processo de regularização fundiária da comunidade”, ressalta.

Assiz explica que durante a abertura dos trabalhos em Graciosa, será realizada uma reunião com as famílias para detalhar os passos da produção do RTID e as fases do processo de regularização fundiária da comunidade. “Também daremos início à elaboração do Relatório Antropológico”, acrescenta.

O Relatório Antropológico, peça integrante do RTID, reúne estudos históricos, socioeconômicos, além de mapas descritivos com o objetivo de verificar e comprovar a ocupação ancestral dessas famílias no território.

### *História*

A comunidade quilombola Graciosa está inserida em uma região onde, no período colonial, existiam canaviais e engenhos de açúcar, com emprego de mão de obra escrava. O fim da escravidão no Brasil ocasionou a expulsão dos ex-escravos e descendentes das terras agricultáveis.

Com isso, o grupo passou a ocupar áreas próximas aos manguezais, constituindo a pesca e a mariscagem, no entorno do Rio Graciosa, como uma das principais atividades para o sustento das famílias até os dias atuais, além da agricultura.

---

### **Inovação em nome da vida. Erasmo Battistella – Folha de São Paulo, Opinião. 18/08/2015**

O meio ambiente está na moda. No ano da COP 21, a conferência do clima das Nações Unidas em dezembro em Paris, não se fala em outra coisa. Inclusive pelos rumores de que lá China e Estados Unidos estariam dispostos a assinar o que se negaram a fazer em Kyoto em 1997. A presidente Dilma na recente visita aos EUA anunciou metas com o colega Barack Obama pelo incremento das energias renováveis, a redução das emissões e o reflorestamento.

A Holanda, responsável por 0,54% das emissões de gases de efeito estufa foi condenada por uma corte de Haia a chegar em 2020 reduzindo em 25% suas emissões, num precedente que já se faz sentir na Bélgica e na Noruega, com processos similares.

Muitos podem achar que até o papa lançou uma Encíclica sobre o tema para surfar na onda da moda. A atitude do santo padre, e do Vaticano, mostra justamente que muito mais do que um modismo, a defesa do meio ambiente precisa ser a política pública que há anos os ambientalistas tentam que seja.

Para lá de ministérios e órgãos de licenciamento ambiental, o meio ambiente tem que estar na pauta das pastas de desenvolvimento e de indústria e comércio, para só então ter o enfoque da economia verde.

O Business & Climate Summit 2015 organizado pela Unesco em maio na França como prévia para a COP 21 concluiu que a transição do modelo atual de economia, baseado no consumo de energia fóssil, para a chamada economia de baixo carbono se dá com investimentos privados em inovação tecnológica e políticas públicas que lhe propiciem escala industrial e comercial.

Mais plausível será um cenário de convivência dos dois modelos, que, no seu curso, evidencia possibilidades e comprometimentos de cada setor com o meio ambiente, na exploração sustentada que preserve e assegure a renovação dos recursos naturais.

O seminário da Unesco também fechou questão pela retirada dos subsídios aos combustíveis fósseis que, mais de US\$ 5,3 trilhões segundo o Fundo Monetário Internacional. Na Rio+20 a Associação dos Produtores de Biodiesel do Brasil propôs, no painel Diálogos da Sustentabilidade, a inclusão no relatório final do encontro a transferência do incentivo para as energias renováveis. Nada de subsídios, mas alguma forma de compensação para quem adota práticas inovadoras e sustentáveis.

No Brasil, 128 empresas monitoram para reduzir as emissões de carbono. A medida, contudo, não é efetiva, devido ao acionamento total das usinas termelétricas, que alimentam estas companhias, levando suas emissões subirem 81%.

Antes que pegue por aqui a moda de processos judiciais na defesa de ecossistemas, o país que tem a matriz energética mais limpa do planeta não pode se deixar de inovar na direção da economia verde.

Já o fizemos com o etanol, que precisa ser resgatado antes que a liderança norte-americana se consolide no setor. E pouco a pouco estamos introduzindo alternativas, como a energia eólica, que hoje já responde por 4,3% da matriz, e a solar, com muito a crescer ainda do 0,01% que representa.

O biodiesel não chega a 1% da matriz, mas nem por isso deixa de ser inovador. Vendido na proporção de 7% por litro do diesel fóssil, seus benefícios se dão em várias áreas. Na econômica, com a geração de 113% mais empregos que o refino de óleo diesel mineral, conforme estudo da Fipe/USP.

Em 2014 o país gastou US\$ 8,7 bilhões na importação de 70,9 milhões de barris de diesel. Este ano, este custo caiu 16,3% até maio, reflexo do aumento da mistura do biocombustível de 5% para 7% ao derivado de petróleo.

No social, com a inclusão de milhares de famílias de pequenos agricultores na cadeia produtiva com fornecimento de matérias primas. No ano passado elas superaram os R\$ 3,2 bilhões, de acordo com o Ministério da Reforma Agrária. É o maior programa de transferência de renda para o campo da pasta.

Recente estudo do Instituto Saúde e Sustentabilidade em seis capitais brasileiras mostra que o aumento progressivo do uso do biodiesel pode evitar 51.188 internações hospitalares por problemas respiratórios e salvar quase 9.000 vidas até 2025, numa economia de mais de R\$ 2 bilhões para os sistemas municipais e estaduais de saúde pública e privada.

A alternativa à economia de baixo carbono para a produção industrial de bens e serviços se dá, sim, pelo investimento na inovação das tecnologias empregadas hoje, mas não se trata só de preservar o meio ambiente, mas fazê-lo para preservar a vida humana.

*ERASMO CARLOS BATTISTELLA, 36, é presidente da Associação dos Produtores de Biodiesel do Brasil*

---



## **Pronera forma turma de técnicos em agroecologia no Acre – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 19/08/2015**

A Superintendência Regional do Incra no Acre, promoveu, por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), a formação de 37 educandos oriundos de assentamentos federais em Técnicos em Agroecologia. Trata-se de uma parceria entre a autarquia e o Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional Dom Moacir, para a formação de quatro turmas, sendo duas em Técnico em Agroecologia, uma em Agrofloresta e outra em Agroindústria. No total, 120 assentados foram beneficiados.

A solenidade aconteceu na última sexta-feira (14), na cidade de Cruzeiro do Sul, a 637 km da capital Rio Branco, no Teatro dos Nauas, em conjunto com outras seis turmas do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Para a asseguradora do Programa na região, Maria Ronízia Pereira Gonçalves, o Pronera tem a missão de ampliar os níveis de escolarização formal dos trabalhadores rurais assentados. “O Pronera atua como instrumento de democratização do conhecimento do campo ao propor e apoiar projetos de educação que utilizam metodologias voltadas para o desenvolvimento das áreas de reforma agrária”.

Gilliarde da Silva Lima, do assentamento Tarauaca, no município de mesmo nome, ressalta a relevância do curso para toda a comunidade. “O Pronera me proporcionou uma nova concepção do que é produzir utilizando técnicas saudáveis e que permitem acelerar o processo de produção, promovendo o desenvolvimento sustentável do nosso estado”. Ela acrescenta ainda a importância de se ampliar a número de beneficiados dessa matriz agroecológica. “Além disso, o mais importante é reproduzir os conhecimentos como extensionista para as pessoas que precisam de assistência técnica, proporcionando às comunidades viabilidade socioeconômica e cultural”.

### *Curso*

O curso é baseado na pedagogia da alternância, com a carga horária dividida em tempo-escola, com aulas presenciais, e tempo-sócioprofissional, quando os residentes retornaram às comunidades de origem, e promoveram uma mobilização com uma reflexão crítica para a formulação de estratégias que articulem processos formativos e organizativos nas esferas da produção agrícola, visando à soberania alimentar, por meio da matriz agroecológica.

O objetivo é habilitar jovens e adultos selecionados entre as famílias residentes nos assentamentos federais, em toda extensão do estado, em técnicos profissionalizantes. Ronízia Gonçalves acrescenta ainda a importância desta habilidade para as comunidades, visto que a maior parte dos alunos mora em unidades distantes, cujo acesso se dá apenas por barco ou avião. “Alguns estudantes são de Porto Walter e Marechal Thaumaturgo, locais que precisam muito de assistência”.

Gilliarde enfatizou ainda a importância do conhecimento. “O curso vai ajudar muito a região do Juruá, principalmente o município de Tarauaca, onde se formou o maior número de educandos, pois a educação do campo e as novas formas de produzir



chegando ao produtor, faz com que ele se mantenha no meio rural tirando o sustento da família”.

---

### **Evento marca conquista de área para assentamento de 280 famílias em SE – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 19/08/2015**

A Superintendência Regional do Incra em Sergipe receberá oficialmente na manhã da próxima sexta-feira (21) a escritura pública do imóvel rural Fazenda Nova Esperança. O evento, que será realizado na sede da própria fazenda, marcará a conquista de um imóvel considerado emblemático, que dará lugar a quatro assentamentos com capacidade total para abrigar a 280 famílias.

Localizada entre os municípios de Cristinápolis, em Sergipe, e Rio Real, no estado da Bahia, a fazenda, vistoriada pelo Incra em 2012 e classificada como produtiva, teve sua obtenção pelo modelo convencional de desapropriação inviabilizada. Com base no Decreto nº 433, que permite a aquisição de áreas consideradas de grande interesse social, o Incra conseguiu um acordo com o proprietário da fazenda, assegurando a sua aquisição para a implantação dos novos projetos de assentamento. “A aquisição de imóveis por meio dessa modalidade, de compra e venda, é fundamental em situações como essa da Fazenda Nova Esperança. Além de promover uma melhor distribuição fundiária, com todos os benefícios sociais que isso traz, ela ameniza os focos de tensão existentes na região e evita o surgimento de novos conflitos agrários. É, sem dúvida, uma grande vitória para a reforma agrária”, analisa André Luiz Bomfim Ferreira, superintendente regional do Incra/SE.

#### *Nova Esperança*

Terceiro imóvel adquirido pelo Incra/SE para a criação de projetos de assentamento somente este ano, a Fazenda Nova Esperança apresenta condições favoráveis ao desenvolvimento da pecuária e ao plantio de milho, mandioca e laranja. “As famílias que serão assentadas nestes projetos, que ocuparão a área da Fazenda Nova Esperança, já iniciarão suas atividades assessoradas por uma equipe de assistência técnica. Queremos estimular a produção e oferecer alternativas, como a adoção da matriz agroecológica e a estruturação de um projeto de agroindústria, por exemplo. O objetivo é dar todo o suporte para que o assentamento ganhe autonomia e as famílias construam sua própria renda”, afirma Ferreira.

Para a aquisição dos 2.918 hectares de extensão do imóvel, foram investidos pelo Incra R\$ 26 milhões. Dentre os quatro projetos, dois serão implantados em Rio Real, consolidando-se como as primeiras áreas de reforma agrária do município.

---

### **Incra discute desenvolvimento territorial e reforma agrária – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 19/08/2015**

Pensar o Incra para o futuro, discutir a implantação e o desenvolvimento dos assentamentos da reforma agrária segundo a lógica do desenvolvimento territorial e formar uma rede de pesquisa para ampliar a compreensão da dinâmica dos arranjos produtivos locais. Estes são os principais objetivos do Seminário Nacional de Desenvolvimento Territorial Sustentável: a estratégia de atuação do Incra, que teve

início na tarde desta terça-feira (18), em Fortaleza (CE). Atuar com ênfase no território é parte da orientação do novo modelo de reforma agrária que está sendo implementado pelo Incra.

O evento segue até quinta-feira (20) e também tem por finalidade discutir a capacitação dos servidores do Incra para uma nova maneira de enxergar os territórios de identidade e as parcerias com outros órgãos e com os movimentos sociais.

O superintendente do Incra/CE, Roberto Gomes, um dos organizadores e anfitrião do evento, destacou a importância do seminário para a qualificação das políticas voltadas para os assentados da reforma agrária e para os agricultores familiares e, conseqüentemente, para a melhoria nas condições de vida na zona rural.

A cerimônia de abertura do seminário contou com uma apresentação do grupo de teatro Carrapicho, formado por agricultores do assentamento Todos os Santos, do município cearense de Canindé. O espetáculo Narradores da Terra e do Fogo resgatou a história da luta pela conquista da terra, antes usada para a produção de carvão vegetal, e sua transformação em assentamento da reforma agrária em 1996. O grupo teatral integra o Projeto Arte e Cultura na Reforma Agrária (Pacra), criado há 11 anos no Incra/CE.

A presidente do Incra, Maria Lúcia Falcón, ressaltou a importância das parcerias com o Banco do Brasil (BB), Caixa, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Nordeste (BNB), e com a Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais (RedeSist), ligada à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que irá propor uma metodologia específica para o planejamento, pelos próximos dez anos, das ações de obtenção e desenvolvimento de assentamentos, inserindo-os ao contexto dos arranjos produtivos locais.

Maria Lúcia falou ainda sobre os dois frutos que devem resultar do seminário, além da troca de experiências entre servidores e parceiros: a construção de um esboço para a oferta de capacitação para servidores do Incra de todo o País, por meio de um mestrado profissional em desenvolvimento territorial; e a formação de uma rede de pesquisa para ampliar a compreensão acerca da dinâmica dos territórios de identidade e dos arranjos produtivos locais, com a valorização dos saberes tradicionais.

“Queremos que esses arranjos produtivos possam se transformar em arranjos "inovativos" que saiam do campo para as cidades. Acredito que os instrumentos já estão aí, precisamos convergir as políticas. Vivemos um momento desafiador, mas acredito na nossa capacidade de resolver problemas em conjunto”, sintetizou.

#### *Desenvolvimento territorial*

A programação acadêmica começou com um painel sobre reforma agrária e desenvolvimento rural sustentável. Participaram dessa primeira etapa de atividades o secretário de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Humberto Oliveira; o reitor da Universidade Federal de Sergipe (UFS), Ângelo Antonioli; e os diretores de Obtenção de Terras do Incra, Marcelo Afonso Silva, e de Desenvolvimento de Assentamentos, César Aldrighi.

O secretário Humberto Oliveira anunciou que o MDA irá reconfigurar o programa Territórios da Cidadania, lançado em 2008 com a participação de 22 ministérios. O

programa integra 180 ações do Governo Federal em 120 territórios com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania.

Na nova fase, disse Oliveira, os 22 ministérios continuarão fazendo parte do programa apresentando uma matriz de ações cuja implementação pode ser acompanhada pela própria sociedade em um processo transparente. No entanto, o enfoque principal será dado à integração de políticas públicas do MDA, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Ministério da Educação (MEC), promovendo, assim, o desenvolvimento produtivo, social e cultural nos territórios. “Não existe desenvolvimento territorial sem protagonismo local, sem participação consciente da população. Desenvolvimento requer participação social”, resumiu Oliveira.

O reitor da UFS, Ângelo Antonioli, falou sobre as experiências de formação dos alunos da instituição vinculadas à realidade em que os futuros profissionais estarão inseridos. Ele destacou o caso do campus da universidade em Lagarto, segundo maior município de Sergipe, onde a formação acadêmica foi aliada à participação social com a adoção do modelo de Aprendizagem Baseada em Problemas (PBL, da sigla em inglês para Problem Based Learning). De acordo com o reitor, a experiência será replicada no futuro campus da UFS no Sertão sergipano, voltado para as ciências agrárias, que vai integrar as diversas formações com o desenvolvimento agrário da região.

“Estamos saindo daquele modelo de universidade que olha apenas para o próprio 'umbigo' para um modelo que sirva como alavanca de desenvolvimento social”, afirmou Antonioli. “Precisamos formar agentes capazes de transformar a sociedade e debater a educação como elemento integrador entre a formação e o serviço à sociedade. Sem cidadania um país não pode discutir soberania”.

#### *Integração de políticas*

O diretor de Obtenção de Terras do Incra, Marcelo Afonso apresentou um histórico das ações de obtenção de terras no País nos últimos 50 anos. O levantamento mostra que o trabalho de criação de assentamentos sempre se desenvolveu observando o imóvel rural de forma isolada, e não de forma mais ampla, considerando o território onde ele está inserido. Como resultado, foi possível notar que as áreas consideradas prioritárias para a reforma agrária no final dos anos 1960, ainda hoje apresentam os mesmos problemas que a política fundiária se propunha a resolver.

A integração de políticas também foi destaque quando o assunto foi desenvolvimento de assentamentos. O diretor César Aldrighi destacou a existência de um passivo de infraestrutura básica nos assentamentos e citou o exemplo da região do Semiárido, onde, do total de 116 mil famílias assentadas, 42% sofrem com restrições hídricas severas, embora estejam num raio de 50 quilômetros de grandes cidades ou próximas de canais de perímetros irrigados.

“Quem está a serviço do Incra tem que entender o funcionamento dos territórios”, afirmou Aldrighi. Segundo ele, as ações do Incra devem se basear no tripé conhecimento, agroindustrialização e organização das famílias assentadas.

#### *Parceiros*

Participam do seminário, superintendentes regionais do Inbra, chefes de desenvolvimento de assentamentos, asseguradores de planejamento e representantes de movimentos sociais e de órgãos e entidades parceiras, como o Banco do Brasil, a Caixa, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Nordeste (BNB), a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), os Comitês Água para Todos e Água Doce, do Governo do Ceará, a Superintendência do Patrimônio da União no Ceará, Universidade Federal do Ceará (UFC), a Universidade Estadual do Ceará (Uece), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), a Associação de Cooperação Agrícola do Estado do Ceará (Acace), a Federação dos Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará (Fetraf/CE), a Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará (Fetraece) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

---

### **Cadastro Ambiental Rural não inibe desmatamentos no Pará – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 25/08/2015**

*O Cadastro Ambiental Rural (CAR) – espécie de carteira de identidade para imóveis em áreas não urbanas – não está cumprindo uma de suas principais funções: conter os desmatamentos ilegais na Amazônia.*

(Fonte: Época)

Segundo dados levantados pelo Imazon, de 2009 a 2014, parte das propriedades do Pará que se inscreveram no sistema continuaram derrubando suas áreas de floresta. Uma vez que um imóvel está na base de dados do CAR, precisa de uma autorização prévia do governo para fazer novas derrubadas. Não é o caso da maioria.

O período analisado corresponde ao início da obrigação de proprietários de imóveis em áreas rurais do Pará declararem tamanho, limites e condições de preservação de suas terras. Tudo isso é feito em um sistema online com a ajuda de georreferenciamento. Pará e Mato Grosso foram os Estados pioneiros em promover o cadastramento dos imóveis rurais. No restante do país, a obrigação de um registro semelhante passou a valer em maio de 2014. Para isso, o governo federal desenvolveu o Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SiCAR). Entre os objetivos do cadastro está o controle do desmatamentos e a resolução do caos fundiário que impera em zonas rurais, principalmente na Amazônia.

Analisar como o primeiro estado que instituiu um cadastro para imóveis rurais está se saindo nos dá pistas do impacto que a medida pode ter no restante do país. E ajuda na elaboração de novas estratégias que aumentem sua eficácia.

O CAR é autodeclaratório e tem duas etapas. Primeiro, o proprietário obtém o registro provisório. Nessa categoria está a maior parte dos imóveis na base de dados da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) do Pará. Eles ainda não foram avaliados ou validados tecnicamente quanto às informações declaradas. E é justamente nessa fase que estão os maiores índices de desmatamento observados. Entre

2009 e 2014, foram 324 mil hectares de florestas abaixo na Amazônia. Confira o gráfico com os números de desmatamento em propriedades inseridas no CAR no Pará.

Donos de terras rurais obtêm o CAR definitivo assim que a Semas valida e comprova as informações. Essa é a segunda etapa e apresenta índices de desmatamento bem menores, mas que deveriam ser zero. O pior ano foi 2009, quando 10 mil hectares de floresta foram destruídas. Segundo Paulo Barreto, pesquisador sênior do Imazon, os dados são preocupantes. “Com o CAR espera-se das propriedades desmatamento zero. Esses dados mostram que não há uma estratégia bem montada de fiscalização por parte do governo”, diz.

Em maio de 2014, o Instituto de Pesquisa Ambiental Amazônica (Ipam) já havia publicado um relatório mostrando a ineficácia dos primeiros anos de CAR no Pará e também no Mato Grosso. O estudo mostrava que o cadastro isoladamente não estava sendo capaz de controlar desmatamentos, principalmente nas propriedades de mais de 15 módulos fiscais. Apenas propriedades com até 4 módulos fiscais estavam deixando de desmatar de forma significativa tanto no Pará quanto em Mato Grosso. Naquela ocasião, constatou-se que alguns proprietários rurais desmataram parte da vegetação remanescente, na esperança de que as derrubadas fossem legalizadas à medida que o CAR fosse concedido a eles.

Para Barreto, apesar de o desmatamento como um todo estar caindo na Amazônia, o fato de proprietários rurais inscritos no CAR não cumprirem a lei é uma prova de que a fiscalização ainda não coíbe os criminosos. “A impunidade no Brasil gera essa ousadia. Se não dá para pegar todo mundo, pelo menos deveríamos punir alguns casos exemplares para mostrar que o sistema está aí e vai pegar os desmatamentos ilegais”, diz.

Em resposta a questionamentos de ÉPOCA, a Semas do Pará admite que o CAR não consegue conter drasticamente as taxas de desmatamento ilegal no Estado. Considera, no entanto, o sistema um importante instrumento de gestão ambiental e eficiente no monitoramento e controle das derrubadas. “Há a necessidade de avanços em outras agendas atreladas ao desenvolvimento de atividades produtivas como agricultura, pecuária e silvicultura”, escreveu a secretaria por e-mail.

Com a definição da obrigatoriedade do CAR para todo o país, Pará e Mato Grosso estão migrando os cadastros já realizados para o sistema nacional. Enquanto os índices de desmatamento não se desvinculam do CAR, o governo federal continua seus esforços para que todo território rural do país esteja no cadastro até 2016. Na última medição do Serviço Florestal Brasileiro, em junho, 57% da área passível de cadastro já estava no sistema. No Pará, eram 80% e no Mato Grosso, 72%.

---

### **Assentado amplia renda com produção de sementes orgânicas no Rio Grande do Sul – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 26/08/2015**

A produção de 800 quilos de sementes de feijão orgânico, das variedades Guapo Brilhante, Expedito e Carioca, permitiu uma renda a mais para a família de José Gabriel Venâncio, morador do assentamento Conquista da Liberdade, em Piratini (RS). O

agricultor vendeu a metade da safra 2015 em feiras, comercializou 250 quilos para a Rede Bionatur de Sementes Agroecológicas e reservou 150 quilos para a reprodução, garantindo um lucro em torno de R\$ 5 mil.

Além de feijão, Venâncio cultiva sementes de abóbora “menina”, salsa, brócolis, milho, melão e girassol ornamental. Há nove anos, ele iniciou a atividade e tornou-se fornecedor da Bionatur, organização de assentados da reforma agrária e de produtores de sementes de diversas espécies, sediada no assentamento Roça Nova, no município de Candiota (RS).

Quando foi assentado pelo Incra, em 1992, Venâncio percebeu que os pomares de pêssegos existentes no imóvel rural continham agrotóxicos. Não quis repetir o modelo, pois vinha de uma família de agricultores que cultivava sem veneno. “Eu, desde criança, tinha o objetivo de ter uma produção limpa”, menciona.

#### *Experimentos*

Para adquirir conhecimento sobre outras sementes de feijão, o assentado participou de uma experiência com 13 variedades, promovida pela Embrapa Clima Temperado e a Emater de Piratini, em conjunto com outros integrantes da Associação de Produtores Agroecológicos Conquista da Liberdade (Apecol). “Conseguimos comercializar, depois, cerca de 400 quilos na Primeira Feira do Feijão Orgânico do município, realizada em março deste ano”, diz Venâncio.

O agricultor quer experimentar, agora, o cultivo de sementes de lentilha, o que será um diferencial, porque a cultura predominante na região é a do feijão. Ele pretende colocar a ideia em prática ainda neste ano.

#### *Aposta em feiras*

Além da feira de feijão promovida pela prefeitura, Venâncio está presente na feira mensal realizada na cidade pela Associação de Produtores de Base Ecológica (Aprobeco), da qual também faz parte e que é composta por outras famílias assentadas. “Há cerca de um mês instalamos, mas através da outra associação (Apecol), um ponto de vendas entre os municípios de Piratini e de Pinheiro Machado”, comenta. Segundo relata, ganha de R\$ 200 a R\$ 300 por dia na oferta de produtos como feijão, hortigranjeiros, ovos e alimentos de panificação como pães e biscoitos.

---

### **Depois da energia eólica, Brasil aposta em energia solar – Folha de São Paulo, Mercado. 27/08/2015**

Poucos segmentos da economia ainda estão cercados de expectativas positivas. O setor de geração de energia a partir de fontes renováveis é um deles.

A capacidade de produção por meio delas já responde por 17% da matriz elétrica brasileira, sem contar as usinas hidrelétricas.

No consumo total de energia, incluindo etanol e biodiesel como combustíveis, a participação das renováveis sobe para quase 28% —percentual que empresários e executivos esperam ver crescer nos próximos anos.



Tal sucesso coloca o Brasil em uma posição privilegiada em relação ao mundo, a ponto de o cumprimento do acordo de expansão do uso de fontes renováveis, firmado entre a presidente Dilma Rousseff e seu colega americano, Barack Obama, estar próximo de ser alcançado mais de uma década antes do prazo.

O próximo passo para conquistar essa expansão está no aumento da competitividade das usinas solares.

A receita que será utilizada para desenvolver esses projetos já deu certo com as eólicas.

---

### **Brasil antecipa metas para geração de energia renovável. Machado da Costa – Folha de São Paulo, Mercado. 27/08/2015**

Alvo de um acordo entre Brasil e Estados Unidos, a geração de energia por fontes renováveis explodiu no país nos últimos anos —devido, principalmente, aos investimentos na produção de etanol e em usinas eólicas.

Atualmente, a participação dessas fontes na matriz energética brasileira é tão grande que a meta desse acordo, considerada ousada para os padrões americanos, deve ser atingida já nesta década.

O anúncio conjunto feito por Dilma Rousseff e Barack Obama estabelece que, em 2035, a matriz energética de ambos os países deve ter uma participação entre 28% a 32% de fontes renováveis. Hoje, a matriz brasileira já tem um índice de 27,9%, segundo dados de 2014, compilados pelo Instituto Acende Brasil.

A conta exclui as hidrelétricas, que, embora sejam renováveis, têm um impacto ambiental significativo.

Caso elas tivessem sido consideradas no cálculo, as fontes renováveis já deteriam uma participação de 39,4%.

Os recursos considerados no cálculo são madeira de reflorestamento, derivados de cana-de-açúcar (etanol e biomassa), eólica, solar e outras que ainda são insípidas no Brasil, como a geração de energia a partir de ondas oceânicas.

"O movimento natural é de crescimento do uso dessas fontes. É só não deixar piorar que já atenderemos essa meta 15 anos antes do prazo", diz Cláudio Salles, presidente do Instituto Acende Brasil.

Para Mathias Becker, presidente da Renova Energia, a política em torno do crescimento das fontes renováveis na matriz energética brasileira é consistente e dará condições para uma participação ainda maior.

"Vemos que, mesmo com o país em crise, a cadeia industrial de geradores eólicos está crescente. Hoje, essa cadeia já emprega 50 mil pessoas e esperamos que até 2020 surjam mais 280 mil postos", afirma.

*RISCO*



Um desafio adicional é elevar para 20% a participação dessas fontes na geração de eletricidade. Para que as metas sejam cumpridas e o sistema elétrico não sofra com a vulnerabilidade dessas fontes, é preciso planejamento.

Como a intensidade dos ventos e da luz solar são variáveis e intermitentes, há risco para o sistema caso o uso dessas fontes se tornem determinantes para a segurança energética do país.

Além disso, o maior potencial desses tipos de geração está no Nordeste, o que exigiria um plano para expandir a transmissão de energia da região para outras com maior demanda, como o Sudeste.

Hoje, de toda a capacidade de produção brasileira, as fontes eólica, solar e biomassa respondem por 14%, enquanto hidrelétricas e termelétricas detêm 86%.

De acordo com os projetos em andamento já licitados, em 2020 essa relação pode mudar para 18,4% e 81,6%, deixando o Brasil mais perto de atingir a meta.

---

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,  
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,  
Fábio Luiz Búrgio, Georges Flexor, Jorge Romano,  
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,  
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,  
Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

**Assistentes de Pesquisa**

José Renato S. Porto

**Secretária**

Diva de Faria



**cpda** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214

Fax: 21 2224 8577 - r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa